

# **43º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**ST 41 – Teoria social hoje: desafios, tendências e perspectivas**

## **Classe social: atualidade e desdobramentos de um conceito**

**Luiz Inácio Gaiger**

**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

**Universidade do Vale do Rio dos Sinos**

**Outubro de 2019**

# Classe social: atualidade e desdobramentos de um conceito

*Luiz Inácio Gaiger<sup>1</sup>*

## Resumo

Nas últimas décadas o conceito de classe social perdeu proeminência e, com ela, perderam relevância elementos teóricos fundacionais de uma visão da estrutura e da ação social. Não obstante, em seu estágio atual o capitalismo multiplica mecanismos de extração e concentração da riqueza, ampliando clivagens e conflitos sociais desde o terreno econômico. As classes retornam à cena das desigualdades, ao passo que a polissemia do conceito e a multiplicidade dos enfoques criam um campo multicêntrico de estudos. Entende-se necessária uma teoria que vincule a estrutura de classes à ação de classes, o que implica um exame das objeções feitas às análises de classe outrora hegemônicas e, a seguir, uma revisão das formulações seminais do marxismo à luz de seus intérpretes contemporâneos. Ademais, a articulação entre classe e ação requer uma teoria própria da cultura de classe, da formação de preferências e da mobilização social. Esse desdobramento será proposto indicativamente através de um instrumental heurístico convergente com a teoria da prática de Bourdieu e de uma perspectiva sociológica relacional que acentua o papel dos vínculos sociais na formação de laços de solidariedade.

## Introdução

O conceito de classe social não manteve nas últimas décadas a mesma relevância que antes tivera na abordagem sociológica da estrutura social e dos comportamentos coletivos. Embora siga usual em estudos de estratificação social, ele passou a ser utilizado como elemento causal em quadros de análise delimitados, perdendo poder explicativo no esclarecimento de questões mais gerais. A própria ideia de totalidades, dotadas de uma estrutura própria responsável pelo caráter determinante de certas relações sociais e por formas de organização social decorrentes, gradativamente perdeu sua proeminência. Por certo, a classe não desapareceu do horizonte, como atestam frequentes estudos empíricos, por vezes inspirados em Bourdieu (Bertoncelo, 2016), e revisões da literatura, em particular dos enfoques desenvolvidos no âmbito do marxismo (Viana, 2018). Contudo, em geral deixou-se de lado o status de categoria explicativa primordial

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia (1991, *Université Catholique de Louvain*), Bolsista de Produtividade do CNPq e Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos. Esse paper, eminentemente bibliográfico, vale-se também de investigações empíricas do autor, realizadas ao longo de sua trajetória acadêmica. Agradeço aos alunos do Seminário de Sociologia do PPGCS Unisinos pela aplicação prática que realizaram (turmas 2018/1 e 2018/2) a modalidades de organização e mobilização coletiva recentes e relevantes no cenário nacional.

antes atribuído à classe e perderam crédito as teorias conexas, ou seja, elementos fundacionais de uma visão tanto da estrutura quanto da ação social. Esse afastamento das classes trouxe consigo uma relativização acentuada da determinação exercida pela infraestrutura material na conformação de interesses, na constituição de grupos sociais, na emergência de conflitos e no desenvolvimento de formas de solidariedade. Isto, a ponto de se incorrer no risco de supressão ou diluição do econômico na análise sociológica, como já se advertia há vários anos (Guimarães, 1993).

Entretanto, os processos de extração dos excedentes do trabalho, desde o terreno da produção e da distribuição da riqueza, não se têm arrefecido e mantêm viva a ideia de que as demandas sociais, mesmo se como tais alheias à esfera econômica, permanecem marcadas ou divididas por sua conotação classista. Isto, em uma época em que a dinâmica capitalista, havendo já há tempos ingressado na era da acumulação flexível (Harvey, 1992), recuperou antigas formas de exploração da força de trabalho, cujo caráter classista não deu motivos à dúvida em épocas passadas nas quais refletiram transformações decorrentes das revoluções industriais. Como destacam autores de referência (Therborn, 2011), as classes sociais retornaram à cena das desigualdades sociais e dos conflitos. Em nossos dias, o fato mais emblemático a esse respeito talvez seja o impacto social diferenciado das políticas neoliberais, tanto quanto as reações contra elas, do âmbito das questões trabalhistas àquele das disputas entre modelos de desenvolvimento (Boito Jr. & Gerrinder, 2013) ou envolvendo recursos naturais, territórios e comunidades (Sassen, 2014).

O primeiro objetivo desse paper consiste em retomar algumas objeções feitas às classes. Em linhas gerais, tais objeções incidiram em três pontos: quanto ao anacronismo do conceito (a sociedade modificou-se e retirou a centralidade ou a relevância dos processos formadores das classes e determinantes da dinâmica social), quanto a seu pendore reducionista que as prende à esfera econômica (ocultando ou desprezando dimensões extra econômicas ou não materiais que igualmente influenciam a vida coletiva) e quanto à teleologia que lhe seria imanente (a ação das classes como vetor central da transformação histórica em direção a uma sociedade superior, não classista). Tais problemas não deveriam ser tomados em bloco, pois referem-se a planos factuais e teóricos inter-relacionados, mas distintos. Esclarecendo, refinando e completando os fundamentos teórico-analíticos que cercam a questão das classes na obra de Marx, é possível evitar uma relação causal simplificada entre a esfera da produção e a superestrutura política e

ideológica, bem como ampliar a problemática da constituição dos sujeitos, integrando outras motivações aos interesses advindos da exploração econômica.

Nesse sentido, o segundo propósito desse paper reside em evidenciar que há ganhos analíticos em explorar as formulações seminais de Marx e o tratamento recebido de autores neomarxistas, em particular Wright (2018). Nesse âmbito, o conceito de classes está umbilicalmente ligado à desigualdade e à exploração: seu cerne reside na presença de um mecanismo de expropriação da riqueza, ocasionando sua transferência unilateral ou desigual de uns para outros. Essas relações engendram um quadro de interdependência conflitiva e potencialmente explosiva, cuja resultante é a coexistência de grupos antagônicos - as classes. O grau de homogeneidade e a capacidade de ação das várias classes *reais* que venham a corresponder (em grau variável) às classes *teóricas*, dependem das circunstâncias históricas.<sup>2</sup>

De mais a mais, nem todas as divisões e desigualdades sociais são classistas. A importância das classes sempre dependerá da relevância que se atribuir às relações sociais de exploração: se há clivagens sociais instituídas *por* e instituintes *de* relações de exploração, uma análise de classes bem construída torna-se fundamental. Isto implica distinguir as linhas divisórias fundamentais, que cindem a sociedade em grandes campos opostos, de outras linhas subordinadas às primeiras, que fracionam os grupos sociais ou acrescentam figuras adjacentes, típicas de uma nova totalidade social ou remanescentes da sociedade anterior, uns e outros secundários do ponto de vista teórico da contraposição central entre exploradores e explorados. Esse gradiente, cuja exposição constitui o terceiro propósito do paper, conforma uma estrutura de classes (Wright, 2015), analisável em diferentes níveis e âmbitos, de acordo com a coexistência e a imbricação entre modos de produção e formas sociais de produção (Gaiger, 2003). Expansível, esse dispositivo analítico permite transitar da polarização basilar entre explorados e exploradores às demais classes e frações de classe que se constituem em cada estágio de desenvolvimento de uma dada formação social.

A despeito disso, restam ainda questões em aberto quanto aos vínculos entre classes, representações e condutas. Estrutura de classe e ação de classe não são indissociáveis e,

---

<sup>2</sup> Coloca-se aqui a distinção basilar entre essência e aparência, entre o nível latente e estruturante das relações sociais, e o nível patente, previamente estruturado, da dinâmica social e das condutas de indivíduos e coletividades.

se Marx não deu conta da complexa articulação entre economia, cultura e política, é porque lhe faltava uma teoria da subjetividade (Guimarães, 1999) e da passagem desta à ação. À teoria das classes, portanto, seria mister acrescentar também uma teoria da formação de preferências e da mobilização social. Tratar desses desdobramentos, embora a título indicativo em razão dos limites de espaço, constitui o quarto objetivo do paper e assunto de sua última seção.

## 1. **Objecções às classes sociais**

Em um compêndio de sociologia lançado ao final dos anos 1980 (Durand-Sebag, 1989), um verbete dedicado às classes sociais iniciava-se com uma interrogação persistente na literatura da época: o conceito de classes sociais seria empírico e descritivo, o que garantiria às classes uma existência real, ou dito conceito seria teórico, referindo-se a um conjunto abstrato de relações não aparentes, que tanto estruturam o sistema social quanto apontam mecanismos subjacentes à ação dos grupos sociais e às mudanças possíveis na sociedade? Embora os autores partidários do segundo enfoque jamais tenham abdicado da força teórica do conceito, parecem ter sido os fatos concretos, o visível declínio da capacidade efetiva de ação das classes sociais reais, existentes naquele momento histórico da Europa, o que provocou hesitações e acarretou um gradativo descrédito a respeito das propriedades explicativas e politicamente significantes do conceito de classes. Até então, com efeito, os acalorados debates teóricos e a profusão de estudos sobre as classes haviam coincidido com um movimento operário consideravelmente ativo e potente no mundo industrial. Mas o cenário havia mudado:

Hoje, as dificuldades do movimento operário em fazer emergir um movimento social tornam imperceptível, senão objetivamente inexistente, qualquer agrupamento em classes. A sociedade seria esse estado hoje consensual obtido pela convivência de uma multidão de individualidades que se expressariam a respeito da gestão de assuntos gerais por ocasião das eleições? (Durand-Sebag, 1989: 258).

O inegável refluxo do movimento operário, encarnação por excelência da classe trabalhadora, seria uma consequência das amargas derrotas diante da inflexibilidade dos governos neoliberais dos anos 1980? Ou seria um fato antes imputável à crescente complexidade da estrutura social, em particular devido à emergência de uma nova classe média, desprovida de ideologia e de projeto de sociedade? Um exemplo convincente foi trazido no mesmo verbete pelo diagnóstico do sociólogo norte-americano Wright Mills

sobre o que sucedia na sociedade estadunidense desde o início dos anos 1950.<sup>3</sup> Com a habitual clarividência desse autor:

Uma muralha de indiferença parece separar a consciência do pequeno burguês e os problemas do nosso tempo. Sua vontade parece entorpecida e ele quase não tem coragem. Em outras classes se encontram também pessoas indiferentes à política, contudo podemos atribuir-lhes a vitória de algum partido. Eles possuem grupos de pressão incansáveis, chefes impetuosos a que, parece, delegaram o seu entusiasmo pelos assuntos públicos. Já os colarinhos brancos estão dispersos, ninguém se toma de entusiasmo em seu lugar, eles não possuem nem a força nem a vontade de se engajar em uma luta política. Estrangeiros numa sociedade onde reina a desconfiança e a violação das consciências, alienados em seu trabalho e sua personalidade, privados de razão individual, indiferentes em política, eis o que são os novos burgueses, vanguarda involuntária da sociedade moderna (Wright Mills, 1970: 15, apud Durand-Sebag, 1989: 258).

A tarefa sociológica recomendada por Wright Mills diante disso não é de surpreender, tratando-se dele: persistir na reflexão acerca das influências da situação econômica e política sobre a vida interior e a carreira profissional dos indivíduos, buscando a nova estrutura da sociedade moderna na complexa experiência cotidiana (Durand-Sebag, 1989: 258). Mas o fato é que aquele cenário de dúvidas e questionamentos sobre o poder explicativo das classes refletiu-se na sociologia brasileira, embora naqueles mesmos idos de 1980 não tenha havido no Brasil um arrefecimento do movimento sindical e das lutas operárias. Ao contrário, verificava-se uma profusão de novas e crescentes mobilizações, originadas da *esfera da reprodução* (como se dizia na época), a exemplo das lutas contra a carestia, por moradia e transporte coletivo (Doimo, 1985), ou assumindo contornos irreduzíveis à esfera econômica, como direitos humanos, questões indígenas, relacionadas ao meio-ambiente ou à democracia direta, além de toda a pauta feminista; enfim, uma plêiade de causas e mobilizações (Scherer-Warren e Kriskche, 1987) que desaguaram em boa parte nas frentes populares pró-constituintes. Com tantos novos atores entrando em cena (Sader, 1988), as classes sociais deveriam sair?

Uma das raízes dessa crise conceitual situa-se na forma como se desenvolvera a abordagem marxista predominante a respeito, até sofrer abalos no correr dos anos 1970: um tratamento concebido nos termos do marxismo clássico e da ortodoxia prevalecente até meados do séc. XX, segunda os quais as classes seriam axiomáticamente dedutíveis do desenvolvimento capitalista e da contradição central entre o capital e o trabalho. Sendo assim, as atenções concentravam-se na esfera da produção ou do trabalho produtivo, lócus de análise da evolução esperada dos grupos sociais para cumprirem,

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma obra clássica de Charles Wright Mills – *White Collar: The American Middle Classes*, Oxford University Press, 1951 – citada em sua versão em francês, de 1970.

cedo ou tarde, o seu desiderato de classe, não obstante o persistente comportamento contrafactual de tais grupos em relação a essa mesma teoria e a sua carga apologética.

Assim, as práticas sociais diferenciadas dos diversos grupos sociais populares, isto é, sua inserção real em um mundo de relações sociais historicamente formado (que não era o mesmo nem sequer no plano da exploração capitalista), foram banidas do mundo da “verdadeira” classe social, fazendo-se ver como algo que divide e conspira contra a unidade, a coesão e o poder coletivo (Sader e Paoli, 1986: 46-7).

Um argumento muito compartilhado entre os críticos das classes foi a rejeição a enfoques monocausais deterministas, em nome da multidimensionalidade do social e da multiplicidade dos processos de constituição das preferências, identidades e formas de atuação, constituiu (Guimarães, 1993: 85). Diante da trepidante remobilização social de 1970 e 1980, contra as mais diversas opressões, os atributos de incompletude (de formação classista), de alienação e de subalternidade moral que antes explicavam o escasso pendor revolucionário do ator popular, deram lugar a novas inflexões analíticas e a renovações na agenda de pesquisa. Balanços amplos da literatura, como o de Sader e Paoli (1986), e estudos empíricos atentos como o de Oliveira (1987), avaliando comedido e reconstruindo as articulações entre teoria e empiria, conduziram à suspensão (ou suspeição) das categorias pré-constituídas e terminativas, de sorte que a formação de sujeitos políticos de classe, entre outros, passou a figurar enquanto tal como um tema na agenda de estudos, aproximando-a dos processos socioculturais de subjetivação e de representação social. Na década de 1990, a análise dos condicionantes subjetivos da ação de classe de fato ganhou terreno, ensejando uma farta literatura sobre a cultura operária e popular. Os enfoques se diversificaram, incorporando novas categorias como *identidade*, *cidadania*, *cotidiano* e *experiência*. Tais conceitos denotavam uma “preocupação em tratar os dominados como criadores dos seus próprios mundos, comprometendo a análise com a emergência da consciência de direitos, individuais e coletivos, por parte não apenas dos operários, mas das camadas populares” (Guimarães, 1999: 25).

As classes teriam ainda assim permanecido à tona, não fosse uma preferência disparada das teorias emergentes por novas categorias, em particular a de *movimentos sociais*, aos quais se terminou concedendo por vezes um estatuto teórico similar ao das classes (Guimarães, 1999: 25/27). O “conceito de classe foi praticamente abandonado pela Sociologia brasileira, sem que, no entanto, se enfrentasse, como se tem verificado em

nível internacional, a questão em termos propriamente teóricos” (Guimarães, 1993: 85).<sup>4</sup> Entrementes, a aceitação e o uso indiscriminado do conceito de movimentos sociais, em sintonia com sua adoção em uníssono pelos atores sociais, o que conduziu paradoxalmente a dificuldades em seu uso e a alguns distanciamentos (Doimo, 1995), como em geral sucede com enfoques referenciados em categorias assimiladas sem o exame parcimonioso das propriedades e impropriedades dos conceitos anteriores.

A bem da verdade, mais do que refletir a realidade nacional, a perda de relevância das classes sociais em nossa sociologia estava em compasso com as novas tendências da literatura internacional, não obstante houvessem recrudescido nos últimos 25 anos as desigualdades e os conflitos sociais outrora associados às propriedades explicativas do conceito de classe. As mutações profundas nas sociedades modernas do Norte, às vezes transpostas ao Sul sem a devida recontextualização, induziram essas mudanças de perspectiva. Seja, de um lado, considerando a perda de centralidade da esfera da produção e do trabalho, compensada pelas esferas de circulação da informação e de consumo como princípios organizadores da sociedade e ordenadores das preferências e afiliações; seja, de outro lado, como reflexo da fragmentação social e da indeterminação e pulverização dos vínculos e condutas, o que retira da esfera econômica – como de qualquer outra - a função primordial de prover suporte ideológico e configurar os agentes políticos coletivos. Para alguns, “no contexto da transição para a sociedade pós-industrial, novas clivagens sociais (em torno de padrões de consumo, etnia, gênero, etc.) tenderiam a emergir e a conformar mais fortemente identidades coletivas e preferências políticas” (Bertoncelo, 2009: 37). Para outros, a transição pós-moderna é que estava em causa, incrementando a reflexividade e ensejando uma “ampliação do leque de escolhas em torno dos estilos de vida e do planejamento da vida”, em inegável detrimento das determinações de classe (Bertoncelo, 2009: 38).<sup>5</sup>

Nesse novo estágio do capitalismo, no qual já se desenha a Quarta Revolução Industrial (Schwab, 2016), restariam apenas indivíduos autotélicos, de escassa vocação cívica e de

---

<sup>4</sup> Ambos os trabalhos citados nesse parágrafo – de autores distintos, apesar da homonímia – são referenciais a esse respeito. O primeiro, ao historiar o tratamento dados as classes pela sociologia brasileira no último quartel do séc. XX; o segundo, ao sintetizar em poucas páginas as principais questões e teses envolvidas.

<sup>5</sup> Quanto a esse último ponto, o mesmo autor contra-argumenta que “as formas culturais pós-modernas podem ser vistas como movimentos ‘novos’ dentro do espaço social, associados à emergência de uma ‘nova’ fração de classe (a dos intermediários ou especialistas culturais)” (Bertoncelo, 2009: 39).



postura blasé diante dos assuntos públicos, referendando o prognóstico sombrio de Wright Mills? Ou seria imprudente abstrair o domínio do capital, com sua lógica de acumulação, hoje de vento em popa em escala global, e os seus efeitos incontáveis sobre a distribuição de recursos entre indivíduos, grupos e nações? Afinal das contas, rentista e especulativo nas suas configurações mais lucrativas e sedutoras, o capitalismo jamais produziu tanto e redefiniu tão velozmente a sorte de contingentes humanos inteiros, ao afetar territórios, bens comuns e expectativas de bem-estar.

Esses efeitos se fazem sentir também sutilmente, em planos menos visíveis. Estudos sobre classe, organização familiar, educação e raça demonstram a preponderância do nível econômico, acoplado a um estilo de vida, sobre outros fatores de diferenciação entre famílias, o que afeta seus ciclos e aspirações (Lareau, 2007). A tendência em atribuir menor importância às divisões sociais, em particular classistas, na explicação do comportamento eleitoral em democracias avançadas, tem sido contrastada por pesquisas internacionais que revalorizam a classe social como fonte de orientação do voto (Ferraz, 2009). Examinando novas tendências e configurações mundiais das desigualdades, há poucos anos Therborn (2011) concluiu pelo retorno da classe como propulsor das crescentes disparidades de renda e de bem-estar, enquanto a pressão de fatores socioculturais como o racismo e o sexismo estariam em refluxo, graças aos avanços havidos nesses campos. Se a classe operária da Europa e da América do Norte encontra-se hoje “dividida, derrotada e desmoralizada”, a classe trabalhadora industrial ressurgiu na China, podendo ocasionar “um novo round de conflitos distributivos”. Outro cenário derivaria “das classes populares heterogêneas da África, Ásia, América Latina e, talvez, de seus correspondentes menos vigorosos do mundo rico”, que enfrentam obstáculos severos à sua organização e mobilização, contudo não intransponíveis (Therborn, 2011: 5).

Por conseguinte, as classes não se manteriam como elementos subjacentes às afinidades, condutas e solidariedades não-classistas, definindo em certa medida seus limites de variação (Guimarães, 1993: 92)? Nas atuais condições, as classes não exerceriam um papel preponderante sobre o uso do tempo, o cultivo dos gostos e os estilos de consumo, como frisava Bourdieu (1996)? Naturalmente, admitir algum grau significativo de influência da esfera econômica na conformação dos grupos sociais e na estruturação de suas predisposições não implica postular sua exclusividade, nem sequer sua

preponderância como regra geral. O equívoco - alerta Guimarães (1993: 91) - estaria antes na supressão ou diluição do econômico na análise sociológica.

Por certo, já não é sustentável que a passagem da classe à ação coletiva seja direta e automática, o que outrora obrigou a explicar a defasagem entre um e outro como uma questão de tempo, de um acúmulo histórico ainda necessário. Embora não seja nos dias atuais completa verdade no marxismo (Silveira e Doray, 1989), Karl Marx não poderia ter dado conta da complexa articulação entre economia, cultura e política porque lhe faltava uma teoria da subjetividade (Guimarães, 1999). Isto conduziu o marxismo clássico a negligenciar a influência exercida por fatores não econômicos, o fato de a vida social apoiar-se em componentes normativos decisivos para a criação e o cultivo de elos de solidariedade moral que unem os membros da classe (Bertoncelo, 2009: 33). A expectativa de um avanço progressivo natural na conformação objetiva e subjetiva das classes desviou a atenção dos fatores de divisão e enfraquecimento das classes exploradas, decorrentes da posição ambivalente que ocupam diante da lógica econômica e social instituída, o que torna ambíguas suas reações, travando-as e desmobilizando-as. Por fim, frente à privação ou diante de aspirações insatisfeitas, deve-se admitir várias reações possíveis, não apenas o mero conformismo ou a flamante revolta, sendo a rigor implausível que tais reações conduzam em regra a alguma forma de ação coletiva organizada.

Se Marx em pessoa demonstrou suas reservas com as inclinações economicistas das lutas operárias, foi talvez por ter pressentido que a resignação e o pragmatismo tendem a prevalecer em situações normais de assimetria de poder, abrindo-se com isso vias diferentes da simples subordinação e do caminho antagônico da insurreição. Essa atitude de consentimento da classe operária, contudo, não decorreria de uma falta de consciência (de classe), e sim de um ajuste racional entre meios e fins realistas, como sustentam próceres do marxismo analítico (Przeworski, 1977). De mais a mais, o primado materialista que conduziu à supremacia *in totum* da esfera da produção econômica, sua articulação direta com a esfera da cultura (a ideologia classista) e a política (a luta de classes), tanto como a elevação do proletariado à primazia de *sujeito* histórico - elementos que deram esteio à visão marxista da transformação histórica - foram objeto de refutações abalizadas, como as de Gorender (1999), sobretudo quanto à missão imanente à classe trabalhadora de conduzir-nos todos à inexorável revolução socialista.

Esses elementos teleológicos, embora tenham motivado intensas controvérsias, não são indissociáveis dos fundamentos teórico-analíticos que cercam a questão das classes na obra de Marx. Desde os anos 1970, por sinal, a renovação do marxismo permitiu “integrar formalmente as esferas cotidianas de construção de interesses, valores e identidades, ao mundo da produção” (Guimarães, 1999: 29). Ao avançar nessa direção, conviria por outro lado ter em vista alguns limites e riscos implicados em abordagens da ação coletiva que se demarcaram das classes, especialmente aquelas referenciadas nos “novos movimentos sociais”.

Em primeiro lugar, tal distanciamento justificou-se por vezes na fuga de uma dicotomia entre estrutura (classes) e agência (movimentos), supostamente inerente à análise de classes. Uma alegação um tanto superficial, uma vez que os estudos de classe, sobretudo no caso dos trabalhadores ou das classes populares, também tiveram em vista sua ação ou suas possibilidades de ação, e não apenas sua posição estrutural contingente. “Os efeitos estruturais não são contraditórios com a autonomia e a ação estratégica grupal ou individual; ao contrário, a estrutura fornece os conhecimentos e as possibilidades sobre os quais o agente estabelece suas ações estratégicas” (Guimarães, 1993: 91). *Mutatis mutandis*, a valorização de outros componentes das condutas coletivas pode induzir ao abandono das preocupações com as condições econômicas, que passam a figurar apenas como um dado contextual de fundo, inorgânico na análise. As propriedades de classe deixam assim de comparecer na explicação. Mesmo a hipótese de cumprirem um papel secundário não deveria justificar sua dispensa, pois fatores dessa ordem – seja de segunda ou mesmo última instância - também são relevantes. Além disso, se deveria trabalhar integrando enfoques, em atenção ao relativismo intrínseco dos mesmos e aos benefícios prováveis de assim se identificarem zonas de intersecção entre teorias, como tais independentes.

De outra parte, a adesão a novas perspectivas teóricas, sobre movimentos sociais ou outras, se faz por vezes sem uma transferência refletida e ponderada do seu contexto original para aquele de sua pretendida aplicação. Categorias como *pós-modernidade* e *sociedade pós-industrial* não deveriam ser transpostas sem maiores considerações e ajustes às sociedades do Sul. A questão é relevante, pois predetermina em alto grau os pontos de partida e de chegada, com riscos de reproduzir os vícios da razão “metonímica” e “indolente”, como adverte Santos (2002). A indistinção entre a parte e o

todo pode ainda expor-nos em outra seara a um elitismo involuntário, do qual não escaparam as análises classistas da ação coletiva: embora congregue um certo número de indivíduos, a ação coletiva via de regra é obra de minorias que se organizam, mobilizam e reivindicam em nome de uma população maior, enquanto essa como tal reage apenas esporadicamente, permanecendo em geral apática. Manifestações de massa contínuas e sistemáticas são raras. Onde estão as maiorias? À análise das minorias ativas (Moscovici, 2011), é indispensável acrescentar uma teoria da estrutura e dinâmica das mobilizações sociais.

## 2. As formulações seminais de Marx

Outra questão de fundo, que perpassa controvérsias internas às teorias classistas e boa parte dos argumentos que as rejeitam, tem a ver com a indistinção entre os níveis de abordagem da realidade empírica a partir do conceito de classe, pois o mesmo corresponde (ou pode corresponder) a graus de abstração e abrangência variados. Aqui, há margem para vários esclarecimentos, o que justifica retomar o assunto desde seu princípio, em Marx. De imediato, notemos que o conceito de classe não deve ser hipostasiado: ele não se refere a uma realidade *alante*, mas registra a condição relacional de um conjunto de agentes cujas afinidades provêm de sua inserção similar na esfera econômica, de acordo com a estrutura da propriedade e com a divisão social do trabalho. Como veremos adiante, uma classe pode existir no plano mental, desde que encontre lugar em uma dada estrutura de classes (Wright, 2015), sem que necessariamente exista ela própria (ou encontre um correspondente empírico) em todas as circunstâncias históricas em que dita estrutura é útil como instrumento heurístico e explanatório.

Voltemos a Marx: embora o conceito de classe social tenha importância capital em seu pensamento, ele não se deteve em um estudo demográfico ou uma caracterização precisa das classes sociais, enquanto discorria sobre elas. À época, as classes designavam uma realidade clara para o senso comum, associada às novidades que suplantavam o Antigo Regime e abriam portas à ascensão de novos grupos sociais, já não mais por graça de direitos herdados ou adquiridos sem trabalho, mas em virtude de suas iniciativas e sua labuta, especialmente no campo econômico. Era desejável estar em uma classe e *ter classe*. Marx tratou de questionar essas evidências e, assim, produziu uma teoria crítica

sobre as forças motrizes do ordenamento social, transformando uma noção comum em objeto científico.

Por certo, os primórdios do capitalismo na Inglaterra, a emergência do proletariado e as lutas sociais nesse tipo de sociedade constituíram também o ponto de partida da teoria marxista da história. Contudo, Marx desenvolveu o corpo de ideias que viriam a formar o materialismo histórico e dialético – ou a *Filosofia da Práxis*, como anunciou com Friedrich Engels na *Ideologia Alemã* – com o propósito de elucidar as causas estruturais das desigualdades e desvelar o funcionamento daquilo que lhe parecia indubitavelmente constituir relações sociais de dominação e opressão. Concluiu que as diferenças sociais, nem sempre aparentes, não se deviam a fatores meramente circunstanciais, a virtudes pessoais ou a causas fortuitas, do contrário não seriam tão recorrentes e persistentes. Tampouco alguns indivíduos usufruiriam de tanto poder ao lado de outros condenados à subalternidade. Era preciso que a riqueza, advinda do trabalho da maioria, fosse drenada e transferida para uma minoria por um mecanismo impositivo de extração e acumulação.<sup>6</sup>

Assim, o conceito de classes está umbilicalmente ligado à desigualdade e à dominação, a lógicas de expropriação e de poder: as classes são seu reflexo e, ao se reproduzirem, asseguram sua continuidade. O cerne da questão reside na presença de um mecanismo irrefreável de expropriação da riqueza produzida no presente (ou já anteriormente) pelo trabalho, ocasionando sua transferência unilateral ou desigual de uns para outros. Trata-se de uma relação peculiar, de *exploração*, pela qual a classe exploradora se alimenta da atividade produtiva da classe explorada, necessitando para isso dos seus esforços e, tanto quanto possível, de seu consentimento.

Conforme Wright (2015: 132/134), a exploração implica um padrão estruturado de relações, uma situação de interdependência conflitiva e potencialmente explosiva. Não consiste propriamente na exclusão ou na opressão de um grupo por outro, quando então o primeiro deles é dispensável e pode ser descartado ou simplesmente eliminado, como já se viu em tantas tragédias humanas de emigração forçada ou de genocídio e vemos agora, no cerne da economia globalizada (Sassen, 2014). Os senhores de engenho precisavam dos seus escravos, como os fazendeiros de seus peões e os capitalistas de seus

---

<sup>6</sup> Para uma síntese do próprio Marx, é útil consultar o cap. XLVIII (*A fórmula trinitária*) de *O Capital* (Marx, 1968-1974).

trabalhadores assalariados: o bem-estar dos primeiros depende causalmente do esforço dos segundos, não apenas das suas privações (Wright, 2015: 133).

Uma vez desvelado esse mecanismo na economia capitalista, que para Marx estava assente na apropriação do excedente do trabalho via extração da mais-valia, não restaram dúvidas de que algo análogo sucederia em outros sistemas econômicos: mecanismos latentes permitiriam a certos grupos sociais apropriarem-se do valor produzido pelo trabalho de outros, tanto dos vivos quanto de seus ascendentes; graças a isso, tais grupos privilegiados poderiam viver sem depender do seu próprio trabalho na mesma proporção do seu bem-estar, ou mesmo sem trabalhar. Esse mecanismo de exploração varia historicamente, mas incorpora um processo de expropriação posto em marcha pela divisão social do trabalho, lastreado no regime de propriedade e no acesso diferencial de uns e outros aos meios de produção. O objetivo de Marx era elucidá-lo, posto que de sua eliminação dependia o fim das desigualdades e, virtualmente, o desaparecimento das próprias classes.<sup>7</sup>

Negar a existência ou a relevância das classes equivaleria a refutar ou negligenciar a existência de instituições como a escravidão e a servidão. Por isso, a preocupação central de Marx não foi delimitar as classes com base em algum princípio de estratificação, mas identificar o princípio estrutural de diferenciação e contraposição em relação ao qual os grupos sociais reais deveriam ser posicionados, a despeito de suas eventuais similitudes aparentes ou mesmo de preferências comuns manifestas.<sup>8</sup> A consequência inevitável desse dispositivo é a formação de grupos sociais antagônicos, designados de *classes* como referência genérica aos produtores diretos e aos proprietários ou controladores das condições de produção, cuja relação constituía “o segredo mais íntimo, o fundamento oculto, de todo o edifício social”.<sup>9</sup> Em cada tipo de sociedade – ou em cada *modo de produção* – haveria uma síntese específica das múltiplas determinações que conformam e

---

<sup>7</sup> Por isso, embora a análise de Marx não se tenha fundamentado em categorias morais, a questão da justiça social e da distribuição da riqueza, assim como do poder e do controle social, compõe o seu pano de fundo e introduz uma dimensão político-ideológica indissociável do conceito de classes sociais (Durand-Sebag, 1990: 268).

<sup>8</sup> Por isso, provavelmente, encontramos dele apenas um esboço do que seria uma caracterização das classes sociais no capitalismo, escrito no apagar das luzes da redação incompleta de *O Capital* (Capítulo LII – o último escrito por ele próprio e não por Engels, como explica esse segundo autor em um breve texto final de *Aditamento ao Terceiro Livro de “O Capital”*). As bases do projeto investigativo em questão haviam sido anunciadas vários anos antes, na *Ideologia Alemã* (Marx e Engels, 1984).

<sup>9</sup> Citado por Bottomore (1988: 62), de *O Capital*, III, cap. XLVIII.

asseguram o mecanismo de expropriação e de reprodução das classes, para o qual sempre concorrem, em última instância, as práticas assentes no acesso aos meios de produção e na divisão social do trabalho.

Isto posto, seria ainda razoável imaginar que a *condição de classe* de grupos e indivíduos - o fato de estarem na condição de expropriadores ou de expropriados - não afete sua visão de mundo, seus interesses mais retilíneos e, assim, seus comportamentos? Ou surpreendente seria que sua visão de mundo e suas condutas fossem semelhantes, apesar da oposição de classe entre uns e outros? As visões de mundo sofrem o efeito das classes, variam com a classe. Operários podem fazer fé no capitalismo, saudar a instalação de novas empresas e esperar empregos e outros benefícios, mas no curso de uma negociação salarial os aumentos ou reduções dos seus rendimentos têm para eles sinal contrário ao que significam para seus empregadores. As concessões podem ser mútuas, mas terão efeitos opostos para cada um dos lados e, provavelmente, sentidos diferentes. A situação de classe gera interesses específicos de classe, diante dos quais as ações e estratégias dos grupos sociais correspondentes são habitualmente avaliadas tanto por cientistas quanto pelos próprios atores sociais implicados. O *interesse de classe* funciona aqui como um elemento balizador, a indicar que o lado da mesa em que se está quando se negociam as condições de exploração faz diferença sobre o que interessa e, por conseguinte, sobre o que provavelmente se pensa a respeito, ainda quando as ações não chegam a deixar que tais entendimentos transpareçam claramente.

Apesar de termos aqui um princípio simples em sua formulação elementar, ele tem sido causa de mal-entendidos e controvérsias. O que se pode depreender a respeito, nos textos de Marx, é o princípio lógico acima exposto: ao corresponderem a um modo de inserção específica na esfera econômica, mais precisamente nas relações sociais de produção, as classes sociais descortinam uma perspectiva singular de ação para seus integrantes, uma situação objetiva a partir da qual suas condutas se materializam e devem ser interpretadas. Fatos impactantes afetam ditos integrantes de forma específica e devem refletir-se em suas preferências, ainda que não possam satisfazê-las a contento e precisem ajustá-las de acordo com suas escalas de preferências.<sup>10</sup> Dizendo de outro modo,

---

<sup>10</sup> Disto Wright (2015) oferece uma cuidadosa ilustração, demonstrando como os interesses de classe dos trabalhadores se opõem àqueles dos capitalistas e os predis põem a seguir escalas de preferências próprias.

interesses *manifestos* ganham significado - do ponto de vista da análise, frise-se - a partir dos interesses *objetivos* de classe e dos antagonismos entre as classes que se estabelecem à medida que as mesmas formam uma unidade contraditória determinada pela vigência de relações de exploração.<sup>11</sup> Classes e interesses de classe constituem categorias mentais que lastreiam a perspectiva geral e as hipóteses em análise. Elas constituem instrumentos do investigador, fazem parte da construção do objeto científico, do momento *racional* que precede o momento *real*, na linguagem de Bachelard (1996).

### 3. Estrutura de classes e níveis teórico-analíticos

No contexto do capitalismo em formação, em particular na Inglaterra do séc. XIX, o proletariado e a burguesia eram fatos cuja existência saltava aos olhos. Não havia dúvida de que correspondiam a classes distintas, palpáveis, na visão de Marx destinadas a um grande papel no futuro. Marx, ao identificá-las como as grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção, acrescentando aos *assalariados* e *capitalistas* também os *proprietários de terras*, admitiu que na Inglaterra, país em que o desenvolvimento daquela estrutura econômica era mais nítido, “não se patenteia pura essa divisão de classes. Também lá, as camadas médias e intermediárias obscurecem por toda a parte as linhas divisórias (embora muito menos nas zonas rurais que nas urbanas)” (Marx, 1968-1974: 1012).<sup>12</sup>

De sorte que existem linhas divisórias fundamentais, um princípio diferenciador que cinde a sociedade em dois grandes campos opostos, além de outras linhas subordinadas às primeiras que fracionam os grupos sociais ou acrescentam figuras adjacentes típicas da nova totalidade social ou remanescentes da sociedade anterior; uns e outros secundários do ponto de vista teórico da contraposição central entre exploradores e explorados, própria do modo de produção em exame. A particularidade da burguesia e do

---

<sup>11</sup> É necessário distinguir o conceito teórico de *interesse de classe* das construções identitárias e das condutas efetivas das classes empíricas que decorrem das totalidades históricas em que se encontram imersas, com suas trajetórias e tradições. Portanto, o que se concebe no plano teórico, como elemento decisivo e ao mesmo tempo mínimo de referência, não corresponde a interesses imputáveis às classes *reais*, mas a uma baliza genérica para analisar as formas de consciência e as condutas efetivas.

<sup>12</sup> Como esclarece Haddad (1997: 98), “quando Marx se refere às três grandes classes, a dos trabalhadores assalariados, a dos capitalistas e a dos proprietários fundiários, não está ele querendo dizer que existam outras ‘pequenas camadas’ dignas do nome ‘classe’. Embora Marx use esta denominação para se referir a outros grupos distintos dos ‘três grandes’, tudo leva a crer que, do ponto de vista da dinâmica do sistema, a ele só interessava estudar as tendências relativas ao comportamento daqueles grupos imediatamente ligados ao processo de reprodução material da sociedade.”



proletariado é que: a) eram incarnados por classes empíricas com características distintivas, visíveis, passíveis de aferição; b) ao contrário do campesinato, que constituía numericamente a maior classe no séc. XIX, a burguesia e o proletariado nascentes expressavam, em sua relação contraditória, o cerne do novo mecanismo de exploração que se instaurava por meio de relações sociais assalariadas de produção, conformando uma nova *forma social de produção*; c) essa nova forma constituía a base peculiar e o motor próprio do novo modo de produção capitalista, que se valeria ainda de outros instrumentos para garantir a reprodução e a ampliação do capital. Para o correto entendimento dessas nuances, é necessário então distinguirmos *modo de produção* e *forma social de produção*, além de aclararmos o conceito nodal de *relações sociais de produção*. Isto nos conduzirá ao conceito de *estrutura de classes*.

O *modo de produção* é a categoria mais fundamental e englobante cunhada por Marx para expressar sinteticamente as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas. O conceito diz respeito à totalidade histórica, ao conjunto de relações que vinculam os indivíduos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais de existência, compreendendo igualmente a circulação e a troca de bens materiais (Godelier, 1981: 174-5). Essas determinações encontram-se no modo como os indivíduos organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens necessários à sua subsistência; mais precisamente, na forma que assumem as relações sociais de produção, em conformidade com um dado grau de domínio das forças produtivas. O modo de produção representa a forma estruturante de cada sociedade, pela qual são providas suas necessidades materiais em dado estágio do seu desenvolvimento.

Embora o modo de produção seja “uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas elas fases distintas e, ao mesmo tempo, interpenetradas no fluir de um processo único (...), é à *produção* que pertencem a determinação fundamental e o ponto recorrente”, para Marx (Gorender, 1978: 23 – grifo nosso).<sup>13</sup> Em seu cerne, o modo de produção comporta um mecanismo

---

<sup>13</sup> Ao primado da *produção* sobre as demais esferas da vida econômica, segue-se a hipótese de investigação metodologicamente materialista anunciada no Prefácio (Marx: 1974: 22-3), postulando uma hierarquia invariante entre as funções sociais, na qual a função de produção da vida material detém um poder explicativo precedente sobre as demais, ou seja, o poder de explicar, em última instância, a organização e a dinâmica geral da sociedade. No âmago da base material, as contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, ambas constituintes do modo de produção, fazem mover a sociedade e terminam por alterar a sua forma.

social específico de criação, controle e apropriação do excedente social gerado pelo trabalho, o que lhe confere lógica e traços próprios imanentes à sua reprodução e ao padrão dinâmico de sua evolução histórica (Shanin, 1980: 61). Esse mecanismo é definido pelas *relações sociais de produção*, conforme três critérios: a) o tipo de acesso e controle dos indivíduos sobre os meios de produção; b) o papel que desempenham no processo de trabalho; c) os benefícios que auferem na distribuição do produto social. Quando envolvem a exclusão sistemática de alguns indivíduos do acesso aos meios de produção, pela força física ou pelo direito de propriedade (critério a), quando envolvem a apropriação dos frutos do trabalho dos excluídos por parte daqueles que controlam os recursos produtivos (critério c) e quando disto resultar que o bem-estar material desses últimos dependa do esforço laboral ou ainda das carências materiais dos primeiros (critério b), estaremos diante de relações sociais de *exploração*, no sentido já discutido (Wright, 2015: 133). Por esse motivo, as posições implicadas nessa relação contraditória e antagônica correspondem ao conceito de *classes*, em seu sentido mais abstrato, menos tangível e, no entanto, teoricamente mais relevante.

O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, que ficam desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho em mercadoria, sob a forma de trabalho assalariado;<sup>14</sup> d) a extração da mais-valia sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como via de ampliação incessante do valor investido na produção. Assim, o capitalismo fundamenta-se em uma relação entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de posta em valor de sua capacidade de trabalho. Uma relação classista, que se efetua, “através de uma colaboração ilusória, mas não menos real, das três classes básicas, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, na qualidade de donos dos fatores responsáveis pelos custos da produção de mercadorias” (Giannotti, 1976: 164). Reencontramos aqui as três classes enunciadas por Marx em *O Capital*, sendo perceptível agora que ele se referia

---

<sup>14</sup> Entende-se aqui o *salário* restritamente, no sentido da contrapartida ao trabalhador pela venda da sua força de trabalho ao capital. Hoje o termo é usualmente utilizado (e juridicamente instituído) para a maior parte das relações de emprego, incluindo trabalhadores domésticos e funcionários públicos, que também recebem um salário. Contudo, no sentido estrito de Marx, esses setores não fazem parte da *classe dos trabalhadores assalariados*, já que seu trabalho não é contratado pelo capital.

às duas classes teoricamente fundamentais e típicas do modo de produção capitalista e, também, ao fato histórico de que a classe exploradora se compunha, naquele contexto, de duas classes reais que viriam a fundir-se (e confundir-se) com a progressiva “conversão de toda propriedade fundiária à forma adequada ao modo capitalista de produção” (Marx, 1968-1974: 1013).

Entretanto, o uso do termo “modo de produção” por Marx não é unívoco. Isto ocasionou apreensões diferenciadas, tipologias complementares (modos de produção secundários, periféricos, etc.) e tipos incompletos, como o modo de produção simples, em que o trabalhador é o proprietário dos meios de produção e os coloca em movimento em diminutas unidades de produção. Tomando por base a exegese de especialistas no assunto, tais entendimentos ficariam sem guarida, mas seria necessário reconhecer ao menos uma segunda acepção, na qual o termo modo de produção possui um caráter descritivo, referindo-se a uma certa forma concreta de produzir (artesanato, manufatura) ou, mais amplamente, a um estágio geral de desenvolvimento tecnológico (grande indústria, maquinismo).

Marx nesse caso refere-se a um *modo material de produção*: “os elementos e as formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para extraírem os meios materiais necessários às suas necessidades, produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social” (Godelier: 1981: 169). Em um sistema produtivo, é o modo material de produção que define a divisão técnica do trabalho e, assim, absorve e organiza um conjunto de especialidades, de ocupações ou classes profissionais, que emergem e fenecem no ritmo das inovações tecnológicas e das reestruturações produtivas. Aqui, porém, o conceito de *classe* adquire um sentido preciso e tátil, sendo justo afirmar que um torneiro-mecânico no auge do Fordismo fazia parte de uma classe ocupacional especializada, que ele corporificava emblematicamente a classe operária no auge de sua configuração histórica e que, tanto lá como no regime atual de acumulação flexível (Harvey, 1992), e que ele é um representante típico da classe explorada no modo capitalista de produção. A cada nível de análise, de maior ou menor abstração, uma sentença.

No seu desenvolvimento, o capitalismo provocou uma contínua transformação da sua base técnica, mediante enorme impulsão das forças produtivas. Criando sua base própria,

renovando-a segundo suas necessidades, o capitalismo realiza o que mais importa a um modo de produção: instaura o processo que vem a repor a sua própria realidade, a reproduzi-la historicamente. Por isso, formas econômicas desprovidas da capacidade de reconstituir-se não remeteriam ao modo de produção como unidade de análise, sob pena de retirar dessa categoria, como diz Shanin (1980: 65), “seus *insights* analíticos mais importantes”. É o caso da economia familiar camponesa, ou da produção simples de mercadoria, às quais correspondem relações sociais de produção peculiares e, assim, classes específicas. A questão, nesse caso, consistiria em identificar que relações elas mantêm entre si, no interior dessas formas, e quais elos diretos ou indiretos possuem com o mecanismo de exploração próprio do modo de produção dominante.

O par *exploradores/explorados* desdobra-se à medida que focalizamos as configurações históricas de cada tempo e lugar, surgindo então subcategorias cujo ordenamento não deve perder de vista o critério inicial: o regime de exploração e sua estrutura dinâmica, no interior das relações sociais de produção dominantes e daquelas secundárias. A isso, secundando Wright (2015), podemos chamar de *estrutura de classes*. Às classes básicas do capitalismo - capitalistas e trabalhadores - esse autor acrescenta “os pequeno-burgueses (nem exploradores, nem explorados), que possuem e usam os meios de produção sem contratar outras pessoas” (Wright, 2015: 140).

Essa estrutura nuclear é suficiente para contrastar o modo de produção capitalista a outros, como o feudal, mas não para comparar estruturas de classe de sociedades capitalistas ou para examinar e localizar trajetórias sociais que não são diretamente afetadas pela estrutura básica das classes, caso notório das classes médias e das pessoas não vinculadas ao trabalho remunerado. Mantendo-se o mesmo princípio básico ordenador, pode-se chegar tanto a classes relativamente independentes quanto a posições contraditórias, em que coexistem propriedades e relações com a condição de explorados e de exploradores (especialistas e gerentes de firmas, por exemplo). Obtém-se assim um conjunto ordenado de *posições de classe*, mais ou menos elástico conforme os fins da análise, mas que ainda assim não se refere aos indivíduos empíricos ou às suas semelhanças ou diferenças aparentes, mas a situações teóricas com as quais sejam identificáveis, interpretando-se com isso os seus traços significativos a partir de uma estrutura de relações latentes (Wright, 2015: 147-149).

A elaboração de modelos complexos responde ao fato de que inúmeras formas secundárias podem surgir e desaparecer durante a vigência de um modo de produção. Existem margens de liberdade entre esses níveis de organização das práticas sociais e econômicas, sendo a economia capitalista, em verdade, pródiga em exemplos. A questão está em saber como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se cada vez mais ou, pelo contrário, reduzindo sua vulnerabilidade face ao modo de produção. Ou ainda, como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital.

Para isso, é necessário saber se tais formas são típicas ou atípicas em relação ao modo de produção vigente. A questão conduz a uma terceira categoria, implícita nos textos de Marx, decorrente de sua preocupação em distinguir a *aparência* da *estrutura interna* de toda relação social. A estrutura nuclear de um modo de produção, seu caráter distintivo, repousa no conjunto de propriedades de que se reveste o processo de apropriação da natureza, nas relações mútuas que nele se engendram entre os indivíduos, de acordo com sua posição diante das condições e dos resultados dos diversos processos de trabalho e segundo as funções que desempenham. Tal estrutura está determinada pelas relações sociais de produção que lhe correspondem, por uma *forma social de produção* mediante a qual é extorquido o trabalho do produtor direto.

Cada modo de produção é então caracterizado por uma forma social de produção específica. Nas sociedades tribais primitivas, com base nas relações de parentesco, que ordenavam a apropriação do território, elemento chave para garantir os meios de subsistência; no feudalismo, pela manumissão das obrigações servis, exercida pelos senhores da terra sobre quem nela trabalhava; no capitalismo, pelas relações assalariadas entre os vendedores da força-de-trabalho e os detentores dos meios de produção. Mais do que um contrato jurídico, o vínculo salarial materializa o mecanismo que permite a apropriação do trabalho excedente no interior do processo produtivo. As características anunciadas antes como típicas do capitalismo são, portanto, as mesmas que constituem a *forma social de produção assalariada* que lhe é peculiar e indispensável.

É em relação a essas formas, em cada caso, que as posições em uma estrutura de classe guardarão maior ou menor distância. Um consultor freelance, ao assinar um contrato de

prestação de serviços contínuos nas instalações e nas condições de trabalho de uma empresa capitalista, ainda que mantenha sua independência jurídica formal, anda várias casas para o centro da estrutura de classes, enquanto um catador de materiais recicláveis que interpõe a sua cooperativa autogestionária na intermediação com seus clientes, postados um degrau acima na cadeia industrial da reciclagem, se afasta. Considerando fenômenos de escala, a expansão do lumpoproletariado situa-se numa esfera exterior ao sistema capitalista de exploração, ao passo que o crescimento do número de “trabalhadores improdutivos exteriores à produção”, principalmente funcionários públicos e empregados domésticos, embora seja um fenômeno externo ao núcleo da exploração capitalista, deve ser considerado um processo integrado ao sistema econômico (Haddad, 1997: 105/113).

Uma vantagem da *estrutura de classes* como dispositivo analítico é o fato de ser expansível, o que permite focalizar as classes em diferentes níveis, do mais teórico e abstrato ao mais empírico e concreto, sem perder de vista o seu princípio ordenador, assente nas relações de exploração. Supera-se com isso a suposta contradição entre classes teóricas e classes reais e transita-se da polarização basilar entre explorados e exploradores para as demais classes e frações de classe que se constituem em cada variante e em cada estágio de desenvolvimento de cada modo de produção. O enfoque das classes varia assim “segundo os interesses que presidem a análise em cada caso” (Santos, 1982: 14). Pode-se articular uma visão inicialmente dicotômica com uma perspectiva gradualista e mesmo um esquema “funcional”, que relaciona as classes com as relações de propriedade e as fontes de renda, conforme sugere Santos (1982: 12-14).

A respeito da estrutura de classes própria do capitalismo contemporâneo, Wright propõe um modelo estendido a partir de três classes fundamentais (capitalistas, trabalhadores e pequenos burgueses), chegando então a seis classes: capitalistas, gerentes especializados, gerentes não especializados, pequenos burgueses, trabalhadores especialistas e trabalhadores sem qualificação (Wright, 2015: 147). Combinando algumas posições ou identificando categorias intermediárias, sempre com base em critérios relacionados à oposição fundamental entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, o esquema é desdobrável ainda mais, contanto que os critérios complementares de distinção se mostrem relevantes.

Num exercício similar, empregando critérios compatíveis, Haddad identifica quatro classes na sociedade “superindustrial”: 1) a classe dominante, dos proprietários do capital, dos funcionários do capital (alta gerência) e dos proprietários fundiários; 2) “a classe dos agentes sociais inovadores, portadores do conhecimento científico-tecnológico aplicado à produção”, que constituem uma nova classe típica da formação social capitalista contemporânea; 3) a classe dos trabalhadores assalariados, ligados à produção de bens materiais ou imateriais, da qual ficam excluídos os funcionários públicos e os empregados domésticos, ambos trabalhadores improdutivos (isto é, que não vendem a sua força de trabalho ao capital) e externos à produção, mas na qual se incluem os “trabalhadores de escritório” (que executam tarefas comerciais ou financeiras a serviço do capital), sem simplesmente ficarem situados na “nova classe média” ou na “classe de serviços”; 4) a “não-classe” dos trabalhadores, um conjunto heteróclito em que desponta o lumpemproletariado, à margem do sistema de exploração (Haddad, 2015: 101 *et passim*).

Nessas análises, as classes fundamentais transparecem na figura das classes diretamente associadas à forma social típica do modo de produção vigente, conforme o seu grau e forma de desenvolvimento, e na figura de outras classes associáveis às primeiras, em decorrência das relações de subsunção existentes e das articulações entre infraestrutura e superestrutura. Um terceiro nível de análise corresponde à estrutura de classes de sociedades singulares, concretas. Além de discernir as particularidades das classes sociais já identificadas nas etapas precedentes, é esperado que novas classes ou frações de classe se apresentem, em decorrência da primazia de certas relações econômicas e da sua expansão ou retraimento, dado o quadro geral das relações sociais e o complexo processo histórico de emergência e evolução das classes *reais*. Mantendo-se a espinha dorsal da estrutura de classes, mas acrescentando-lhe novos critérios relacionados à totalidade social em tela, chega-se a uma estratificação social coerente com aqueles pressupostos, que assim revelam sua força histórica e seus raios de abrangência naquele contexto específico. Pode-se assim proceder a uma estratificação rural senhorial ou a uma estratificação urbana industrial, entre outras.

Convém por fim lembrar que a importância das classes sempre dependerá da relevância que se atribuir às relações sociais de exploração. Sem isso, as classes terão um papel secundário, acessório talvez, de acordo com as questões em análise. Portanto, as classes

não explicam tudo e nem sempre explicam o que se deseja compreender e esclarecer das realidades sociais. Nem todas as divisões e desigualdades sociais são classistas. Entretanto, se há clivagens sociais instituídas *por* e instituintes *de* relações de exploração, a análise da sociedade do ponto de vista das classes torna-se fundamental.

#### **4. Formação de preferências e mobilização social**

Como já mencionado, um dos problemas do marxismo foi não dispor de uma teoria da subjetividade e da formação de laços de solidariedade social (Bertoncello, 2009: 33) e, assim, ter concluído que as lutas econômicas conduziram fatalmente a um despertar da consciência, em seguida à confrontação política e, por fim, a lutas revolucionárias. No lugar de antecipar ou pressupor tal desenlace, seria preciso ter em mãos instrumentos que expliquem os mecanismos pelos quais indivíduos, partilhando a mesma posição de classe, expressam seus presumíveis interesses de classe formando coletividades de ação, assim como os fatores que estimulam ou inibem tal tomada de consciência (Guimarães, 1991: 54) e levam a formas (nesse caso, radicais) de mobilização social. Dado o curto espaço ainda restante, esses temas serão abordados a seguir de forma apenas indicativa.

Em primeiro lugar, nos termos de uma abordagem que relaciona as condições materiais de vida, em sua função constituinte da vida cotidiana, a um dado modo de ver e a um conjunto de predisposições a agir. Ganha centralidade nesse enfoque o conceito de *ethos de posição* (Gaiger, 1997), análogo ao conceito bourdesiano de *habitus*, ambos evocando o caráter estruturado e a dimensão *transaccional* da cultura incorporada pelos integrantes de uma dada classe.

Nessa ótica, as classes sociais não incorporam nem explicam todos os condicionantes que intervêm nas formas de agir de indivíduos e coletividades, mesmo no campo econômico; elas permitem dar conta de aspectos fundamentais, mas específicos, posto que se referem primordialmente às relações de exploração. Por isso, a influência exercida pela classe se conjuga com influências de outra ordem, sofre a concorrência dessas e assim perder força na estruturação das representações sobre o mundo e as preferências no plano da ação.

Ademais, a função condicionadora das classes não se exerce diretamente. Como vemos nas análises de Marx sobre as correlações de classe na Alemanha e na França em conjunturas do séc. XIX, as classes criam um campo disposicional, engendram uma



sensibilidade específica que se traduz em valorações e em prioridades diante do mundo, a partir das quais se estabelecem uma visão das coisas e, conforme as circunstâncias, uma inclinação a determinadas estratégias de ação. Essas predisposições formam um *sistema* sociocultural latente à medida em que tais predisposições forem sedimentadas ao longo do tempo. Condições objetivas e subjetivas de vida precisam perdurar e adquirir alguma coerência para que influenciem similarmente os indivíduos em seus modos de pensar, de situar-se e de agir. Ou seja, homogeneidade, estabilidade e longevidade são propriedades necessárias daquelas condições de vida relacionadas em algum grau significativo à classe para que engendrem alguma forma de *consciência* coletiva e de *identidade*, para evocar noções usuais no tratamento desses temas.

Atendidos tais requisitos, ditas condições sociais, de classe, redundam em vivências e experiências similares; essas, à medida que configuram trajetórias sociais, produzem tendencialmente uma convergência entre modos e estilos de vida, no que diz respeito a representações do mundo, a aspirações e a demandas. Criam-se processos nem sempre aparentes de reconhecimento e diferenciação, de aprovação e rejeição, de adesão e repulsa; por consequência, de aproximação e de distanciamento social.

O conjunto de representações comuns a uma classe, ou a sua *cultura de classe*, não se interpõe de maneira uniforme entre a mudança das condições sociais e a mudança dos comportamentos, mas em função daquilo que os indivíduos ao longo da vida interiorizam da sua vida em sociedade e em seus espaços de inserção. A cultura incorporada torna possível a comunicação, permite que os indivíduos se desempenhem socialmente, cria sentimentos de vínculo. Ao fazê-lo, imprime sub-repticiamente suas marcas e assim deixa os indivíduos compreensíveis uns aos outros, porque socializados. Para cada pessoa ou coletividade, semelhanças e afinidades se revelam menos nas preferências explícitas do que na partilha de um senso prático. Como insistia Bourdieu, isto na medida em que o desempenho em toda ordem social, mais do que conhecimentos explícitos adquiridos para esse fim, requer saberes implícitos, “solidários de um ethos, isto é, de uma ‘sabedoria’ que não é constituída e unificada como tal”, mas que permite a cada indivíduo “agir de maneira razoável e com chances de êxito no interior da sua própria sociedade” (Bourdieu, 1963: 26).

A existência de um conjunto de referências de sentido primordiais, enraizadas na história pessoal e estruturantes da cultura incorporada de cada indivíduo, constituiu o objeto de atenção de autores que, procurando teorizar sobre o processo de produção e reprodução cultural, formularam o conceito de *ethos de posição* (Bourdieu, 1963, 1980, 1986; Remy, Voyé e Servais, 1978; Lalive D'Épinay *et al.*, 1984). Sinteticamente, o *ethos* compreende referências que moldam um esquema mental organizador de sentidos e comportamentos, analisáveis em sua dimensão significativa – o conjunto das significações de base – e em sua dimensão dinâmica – a maneira de pensar e agir a partir daquelas convicções. Ambas as dimensões configuram um sistema de disposições duráveis, por meio do qual cada um interpreta o que lhe chega ao conhecimento, faz seus julgamentos e define uma forma ou estilo de reação (Gaiger, 1997).

O conceito de *ethos de posição* diz respeito a uma sabedoria implícita, ao domínio de um conjunto de informações, códigos e modalidades operacionais adquiridos ao longo de itinerários de vida, que deixam sedimentados no indivíduo determinados saberes e um senso prático correlato. Aquém da diversidade de opiniões observável no seio de uma coletividade, diversidade existente em razão de acesso desigual à informação ou de processos de conscientização, entre outras causas, é o *ethos* da categoria social que baliza as opções fundamentais a médio e longo prazo e sustenta no dia a dia a “negociação de realidade” (Velho, 1988). No *ethos* encontramos os vínculos entre identidade e projeto, entre concepção de mundo e ação sobre o mundo, entre razão e valor.

A vinculação do *ethos* ao conceito de *posição* (de classe) deriva do reconhecimento de que há propriedades de classe derivadas do lugar que ela ocupa na estrutura social, advindas das relações que a classe mantém com os demais elementos daquela estrutura. Essas propriedades não podem ser corretamente apreendidas exclusivamente a partir do campo da produção ou das condições materiais de existência em si (a *situação* de classe). Tal conceptualização prolonga-se na ideia de que inúmeras propriedades não seriam bem esclarecidas apenas a partir das relações objetivas entre as classes, posto que provêm do envolvimento, deliberado ou não, em relações simbólicas nas quais aquelas diferenças primeiras são convertidas em distinções significantes e, nessa medida, afetam a reprodução das diferenças de classe iniciais, conotando-as simbolicamente (Bourdieu, 1982: 3/14). E se alguma similitude deve existir entre indivíduos que ocupam a mesma posição na estrutura de classes, para que ademais se constituam como um agente coletivo

de classe concorre igualmente o trabalho simbólico de nomeação e representação que, quanto mais apoiar-se na realidade, mais será capaz de impor “uma visão das divisões” (Bourdieu, 1990: 167).

Posição social e ethos de posição são verso e reverso de um mesmo processo, fundado, por um lado, na materialidade e no sistema de coerções econômicas e, por outro lado, na luta pela imposição de uma visão do mundo e de uma identidade para cada grupo social. Sem dissolver ou equiparar essas dimensões analíticas, o conceito de ethos de posição visa salvaguardar essas conexões e destacar as dialéticas que se instauram entre elas. Procura ademais evidenciar o caráter processual das similitudes e oposições, uma vez que a posição de um indivíduo na estrutura social depende também, respectivamente, do percurso que ele percorre na sua classe e da trajetória que percorre essa classe em relação ao conjunto das classes.<sup>15</sup>

O quanto as determinações propriamente classistas vinculadas às relações de exploração sobrepõem-se às demais, é algo a ser aferido de acordo com o nível de análise de classes empreendido, nos termos antes discutidos. Determinações classistas de primeira ordem, quando se examina um modo de produção ou uma forma social de produção, podem ficar ao fundo da cena quando as atenções se centram em uma dada sociedade ou conjuntura concreta, cabendo lembrar novamente os escritos de Marx sobre as Revoluções de 1848. O peso específico da classe na definição do ethos da posição social correspondente varia com a estrutura de classes e com a trajetória das classes em foco. Conflitos de natureza classista podem ganhar contornos adicionais ou mais acentuados em função de outros fatores socioculturais, conferindo relevância decisiva a lutas nos campos cultural e simbólico, fato exemplificado nas últimas décadas pela evolução política e teórica dos movimentos e da literatura feminista.<sup>16</sup>

Já o efeito exercido pelas predisposições incorporadas sobre a ação e a mobilização de classe conduziria a um conjunto adicional de considerações e de categorias de análise, às

---

<sup>15</sup> Tomando distância dos usos mais correntes do conceito de *habitus* de Bourdieu, que enfatizam o seu poder condicionador e reprodutor das representações e comportamentos, o conceito de ethos deixa sobressair o seu caráter adaptativo. Conjugado ao peso de fatores individuais e conjunturais, o ethos de posição pode estimular uma renovação das práticas, cuja incidência ulterior sobre as referências culturais não exclui a hipótese de algum estremecimento maior e, por conseguinte, a emergência de condições para uma ruptura das predisposições incorporadas pelos indivíduos.

<sup>16</sup> Consultar a propósito: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de Heleith Saffioti (São Paulo: Expressão Popular, 2013) e *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis (Tradução livre pela Plataforma Gueto, 2013: <https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>).

quais aqui somente podemos aludir. Para tratar dessas questões, o ponto de partida deve ser uma teoria da solidariedade social, dentro da qual se possa enquadrar a solidariedade de classe - precisamente uma das lacunas dos desenvolvimentos marxistas centrados na *luta* de classes. Há várias formas e âmbitos de manifestação da solidariedade - familiar ou comunitária, filantrópica ou estatal (Gaiger, 2016: 88-134) - sendo o ethos de posição um propulsor ou, pelo contrário, um elemento inibidor de umas e outras. Entendê-lo requer superar o tom utilitarista de boa parte das teorias sobre a ação coletiva, que findam em explicá-las por motivações identificadas a interesses e posturas oportunistas, sem as devidas ponderações. Seu tratamento deveria acentuar o papel determinante dos vínculos sociais na formação de laços de solidariedade (Gaiger, 2016), de acordo com uma perspectiva sociológica relacional (Bajoit, 2015) e, portanto, deter-se no exame do grau de propensão das experiências de classe a forjar predisposições vinculantes.

Desse ponto de vista, e à guisa de mera ilustração, pode-se dizer que sob o capitalismo as classes penam para manter ou irradiar interesses comuns em âmbitos não econômicos. É plausível sustentar, nesse contexto, que as inserções sociais a partir do terreno econômico estejam tornando-se gradativamente mais decisivas para os níveis de bem-estar e os estilos de vida. Com a progressiva expansão da sociedade de mercado, cada vez mais dependemos da renda auferida nesse sistema de intercâmbio de mercadorias, dentre elas a que provém do trabalho, instituído em moldes competitivos e individualistas como *mercado* de trabalho. A análise de classe serviria para indicar a resultante dessas determinações, que não perderiam a sua relevância ao combinarem-se com outras. Contudo, a supremacia do econômico, terreno da exploração e da conformação das classes, produz efeitos contraditórios sobre a solidariedade de classe, fulminando as expectativas depositadas no proletariado como sujeito coletivo revolucionário (Gorender, 1999).

Como demonstrou magistralmente Polanyi (2000), nesse contexto se dá um desencaixe da esfera econômica, que se torna independente e passa a sobrepor-se às lógicas sociais, adquirindo força decisiva na conformação dos grupos de interesse. As classes trabalhadoras são compelidas então a lutar por questões econômicas, como o salário e as condições de trabalho. Mas, simultaneamente, ocorre uma desintegração dos vínculos sociais, o que acarreta óbices poderosos à constituição de elos duráveis de solidariedade, economicamente desinteressados.

O economicismo das classes, portanto, não depende propriamente delas ou de uma tendência universal dos agrupamentos humanos, mas se explica em nossa época por uma circunstância histórica peculiar na qual descuidar-se dos interesses econômicos finda por comprometer todos os demais. Se as pautas econômicas mobilizam as classes, também as cingem a esse âmbito, em detrimentos de solidariedades mais amplas e abrangentes, capazes de romper o círculo utilitarista característico de nossa época (Gaiger, 2016).

## 5. Referências bibliográficas

- BACHELARD, Gaston (1996). *A formação do espírito científico. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BAJOIT, Guy (2015). *La maison du sociologue*. Louvain-la-Neuve: l'Harmattan.
- BERTONCELO, Edison (2009). As classes na teoria sociológica contemporânea. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 67: 25-49.
- BERTONCELO, Edison (2016). O espaço das classes sociais no Brasil. *Tempo Social* [online], 28 (2): 73-104.
- BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana (2013). Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia Política* [online], 21 (47): pp.31-38.
- BOURDIEU, Pierre (1963). La société traditionnelle. Attitude à l'égard du temps et conduite économique. *Sociologie du Travail*, Paris, 1 : 24-44.
- BOURDIEU, Pierre (1980). *Le sens pratique*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1982). *A economia das trocas simbólicas*. 2ª ed. São Paulo; Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre (1986). Habitus, code et codification. *Actes des Recherches en Sciences Sociales*, Paris, 64 : 40-44.
- BOURDIEU, Pierre (1990). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- BOURDIEU, Pierre (1996). *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- DOIMO, Ana (1995). *A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS.
- DURANG-SEBAG, Joyce (1989). Stratification et classe sociales. In: DURAND, Jean-Pierre; WEIL, Robert (Dirs.). *Sociologie Contemporaine*. Paris: Vigot, pp. 257-274.
- FERRAZ, Sérgio (2009). Voto e classe: notas sobre alguns estudos recentes. *Opinião Pública*, Campinas, 15 (2): 451-477.
- GAIGER, Luiz (1997). Ethos de posição e vida cotidiana. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, 33 (151): 69-94.

- GAIGER, Luiz (2003). A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, UFBA, 39: 181-211.
- GAIGER, Luiz (2016). *A descoberta dos vínculos sociais. Os fundamentos da solidariedade*. São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- GIANNOTTI, José (1976). Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, 17: 161-168.
- GODELIER, Maurice (1981). D’un mode de production à l’autre : théorie de la transition. *Recherches Sociologiques*, Louvain-la Neuve, 12(2) : 161-93.
- GORENDER, Jacob (1978). *O escravismo colonial*. 2ª ed. São Paulo: Ática (Col. Ensaios, 29).
- GORENDER, Jacob (1999). *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática.
- GUIMARÃES, Antonio (1999). Classes sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Sumaré, v. 2, pp. 13-54.
- GUIMARÃES, Antonio (1991). Classes, interesses e exploração: comentários a um debate anglo-americano. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 31: 49-66.
- GUIMARÃES, Sônia (1993). Faz sentido falar em classes sociais? *Cadernos de Sociologia* (Número Especial), Porto Alegre, 4: 85-92.
- HADDAD, Fernando (1997). Trabalho e classes sociais. *Tempo Social*, São Paulo, 9 (2): 97-124.
- HARVEY, David (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- LALIVE D’ÉPINAY, Christian *et al.* (1984). *Vieillesse. Situations, itinéraires et modes de vie des personnes âgées aujourd’hui*. Saint-Saphorin : Georgi.
- LAREAU, Annette (2007). A desigualdade invisível: o papel da classe social na criação dos filhos em famílias negras e brancas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, 46: 13-82.
- MARX, Karl (1968-1974) [1890-1894]. *O capital* (Crítica da economia política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Livro 3, vol. 6).
- MOSCOVICI, Serge (2011). *Psicologia das minorias ativas*. Petrópolis: Vozes.
- OLIVEIRA, Francisco de (1987). *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense.
- POLANYI, Karl (2000) [1944]. *A grande transformação. As origens da nossa época*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus.
- PRZEWORKSKI, Adam (1977). From Proletariat into a Class: The Process of Class Formation from Karl Kaustki’s ‘The Class Struggle’ to Recent Debates. *Politics and Society*, 7 (4): 343-371.

- REMY, Jean ; VOYE, Liliane ; SERVAIS, Émile (1978). *Produire ou reproduire ? Une sociologie de la vie quotidienne* (volume 1). Bruxelas: Vie Ouvrière.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra.
- SADER, Eder; PAOLI, Maria (1986). Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 39-67.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 63: 237-280.
- SANTOS, Theotonio (1982). *O conceito de classes sociais*. Petrópolis: Vozes.
- SASSEN, Saskia (2014). *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*. Harvard: Harvard University Press.
- SHANIN, Theodor (1980). A definição de camponês: conceituações e desconceituações; o velho e o novo numa discussão marxista. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, 26: 44-80.
- SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (Orgs.) (1987). *Uma revolução no cotidiana? Os movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- SCHWAB, Klaus (2016). *A quarta revolução industrial*. São Paulo; Edipro.
- SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard (Orgs.) (1989). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- THERBORN, Göran (2011). Desigualdade global: o retorno da classe. *Diálogo Global* (Revista da Associação Internacional de Sociologia), 2 (1): 3-5.
- VELHO, Gilberto (1988). Memória, identidade e projeto. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 95: 119-126.
- VIANA, Nildo (2018). *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Lisboa: Editora Chiado.
- WRIGHT, Erik (2015). Análise de classes. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, 17: 121-163.
- WRIGHT, Erik (2018). *Comprender las clases sociales*. Madrid: Ediciones Akal (e-book).